

"O ELEITOR NÃO É BOBO": DINÂMICAS MORAIS EM TORNO DA AJUDA NA SAÚDE EM UM MUNICÍPIO FLUMINENSE

Gilmara Gomes da Silva Sarmento 

Universidade Federal do Espírito Santo,
Departamento de Ciências Sociais,
Vitória, Espírito Santo, Brasil.
E-mail: gilmarasarmento@hotmail.com

Palavras iniciais

Em 2008, a disputa eleitoral no município de São Francisco do Itabapoana, no extremo Norte Fluminense, ganhou um novo capítulo com a ascensão do *político da saúde*¹ ao Executivo municipal. O fato se tornou relevante em razão de este personagem ter se tornando o primeiro prefeito da cidade sem vínculos, consanguíneos ou afins, com famílias tradicionais que desde a emancipação vinham se revezando na gestão municipal. Façanha que, segundo o próprio político, se deveu à notoriedade do *trabalho na saúde*, realizado durante dois mandatos como vereador da cidade.²

Em 2012, o caso do *político da saúde* ganhou projeção dentro e fora do município. Paradoxalmente, não pelas realizações na saúde, mas pela acusação de desvio de verbas públicas justamente desta área. Como desfecho, foi afastado do cargo e punido pela justiça eleitoral. Ao tomar conhecimento deste episódio em 2012, recordei certas informações recebidas no período em que estudava os rituais fúnebres no município, entre 2004 e 2006, período em que ouvi de meus interlocutores o caso de certos políticos que *ajudavam* em situações de doença e de morte.

Diante do episódio do prefeito e das informações prévias que havia coletado, resolvi retornar ao município para estudar a *ajuda na saúde* e o seu nexos com a aquisição de "capital político".³ Tarefa cumprida durante o doutorado, realizado

entre 2013-2017. Sendo assim, o artigo ora apresentado faz um recorte da tese doutoral, colocando em relevo as dinâmicas e as implicações morais em torno da *ajuda na saúde*, prática esta que às vezes antecedia a entrada dos sujeitos no âmbito da política propriamente dita.

Conforme apontou a pesquisa, um conjunto de condições estruturais e infraestruturais tornava a ajuda entre vizinhos um elemento importante na dinâmica da vida local. De acordo com as narrativas, as pessoas mais bem situadas econômica e/ou socialmente costumavam *ajudar* as menos favorecidas, especialmente em situações de doença e/ou de morte. A posse de um veículo, por exemplo, tornava essas pessoas referências no socorro (transporte) àquelas que precisavam de atendimento em outros municípios. A *ajuda* concebida como imprescindível, quando os serviços de saúde inexistiam no município, continuou sendo importante após a emancipação em 1995. Diante da persistência de certas precariedades, a posse de um automóvel permanecia como um diferencial, principalmente para os moradores de localidades mais distantes (Sarmiento 2017).

Deste modo, era bastante comum comerciantes locais (donos de mercados, bares, farmácias, dentre outros) ou ocupantes de cargos públicos (especialmente na área da saúde), em razão da posição social e/ou dos bens que possuíam, notadamente automóveis, acabassem ajudando a vizinhança nesses temas e dificuldades.⁴ No curso da pesquisa, observei que, embora nem sempre essas pessoas se candidatassem aos cargos eletivos, o prestígio alcançado em torno dos atos de *ajuda*, vislumbrados como de generosidade, podiam ser convertidos em "capital político" quando decidiam lançar mão na carreira política.

O *político da saúde* é um exemplo emblemático deste tipo de trajetória quando fez esse movimento do comércio à política através do "capital simbólico" acumulado pela *ajuda na saúde*. Ele integra um grupo de políticos que concebe esses favores como um recurso social importante para *fazer o nome* na política, em um campo em que "o nome de família vale muito".⁵ Políticos que costumam atribuir o próprio êxito político-eleitoral ao prestígio acumulado através deste tipo de *ajuda*, definindo-a como *mediação* entre a população local e os serviços de saúde. Portanto, relatavam com bastante naturalidade e de forma pormenorizada os esforços empenhados, as ações e/ou as intervenções realizadas, o tempo e a energia empregados para ajudar as pessoas descritas como "humildes", "vergonhosas" e "mal-informadas".

Com este objetivo realizavam uma variedade de *favores/ajuda* que iam desde a facilitação no acesso a consultas médicas, medicamentos, exames mais simples e/ou meios de transporte, passando também por serviços médico-hospitalares mais complexos, associados a internações, a exames de média e alta complexidade, terapias específicas, cirurgias, dentre outros procedimentos, culminando, ainda, em serviços de atenção fúnebre (liberação de corpos do IML, liberação de transporte para cortejo, aquisição da urna funerária etc.).

Da parte dos moradores (eleitores concretos e/ou potenciais), as narrativas combinavam de modo ambíguo a relação: política, políticos e a *ajuda*. Por um lado, denunciavam veementemente o descaso político com a saúde no município, acusando políticos que *se faziam* através desta área, mas, ao mesmo tempo, teciam elogios a certos políticos que ajudavam a população nas suas questões de saúde.

A ambivalência dessas narrativas acenava para um conjunto de representações e valores morais que dialogavam com e simultaneamente escapavam das definições ortodoxas sobre a política e o papel dos políticos. No município, a *ajuda* aparece como um eixo importante da dinâmica política e um critério para mensurar a aptidão político-moral dos sujeitos que pleiteiam um cargo representativo e/ou pretendem se reproduzir nas carreiras políticas.

Partindo dos dados obtidos pela pesquisa, o artigo abordará as representações e os aspectos morais que complexificam o uso clientelista ou eleitoreiro da *saúde*, mostrando que *ajuda*, *favores* ou *trabalho* nesta área não geram recompensas eleitorais automáticas no município estudado, pois sua oferta e/ou seu acionamento estão associados a certo código moral, tacitamente estabelecido, que complica bastante as relações de troca e reciprocidade entre políticos que *ajudam* e eleitores que a solicitam e/ou a recebem.

A saúde e a *ajuda*: argumentos e justificações

Ao iniciar o trabalho de campo, ficou evidente que a correlação entre política e saúde estava o tempo todo embricada na narrativa dos interlocutores. As pessoas não conseguiam abordar o funcionamento da política local sem se referirem à saúde como "uma área problemática, esquecida e abandonada pelo município" e sem criticar os serviços de saúde disponíveis e/ou a sua falta, conforme indicam os trechos de quatro entrevistas realizadas em momentos distintos, entre 2014-2017.

Eu rezo pra não adoecer, porque tenho até medo. Ali naquele hospital às vezes a pessoa vai com um simples resfriado e acaba morrendo.

A situação da saúde está péssima, está precária mesmo. Minha mãe passou mal e foi para o ponto [o hospital municipal], chegou lá e o aparelho de ultrassom estava quebrado.

Quando você vai ao hospital, eles mandam logo pra farmácia, a gente está sentindo uma coisa tem que partir para o particular.

Quando a gente precisa de serviço de saúde aqui, é só pra passar raiva e ficar indignado.

Esses desabafos sobre as precariedades dos serviços de saúde se coadunam com as denúncias do Ministério Público (MPRJ) que, em fevereiro de 2021, instaurou uma Ação Civil Pública contra o município citando irregularidades resultantes de "negligência sistemática ao longo dos anos", dentre elas a "falta de medicamentos, insumos e de equipamentos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar".⁶

No entanto, quando as pessoas eram interpeladas a falar sobre a forma como solucionavam as suas demandas de saúde, se reportavam com frequência ao acionamento de políticos-chave. Especialmente, embora não exclusivamente, quando se tratava de serviços de média e alta complexidade, cuja resolução implicava sair dos limites do município.

Os vereadores, ao contrário dos moradores, argumentavam que os serviços de saúde "funcionavam bem no município". Para eles, os problemas resultavam da dificuldade das pessoas para expressarem adequadamente as suas demandas de saúde ou para compreenderem as dinâmicas dos serviços de saúde, devido à existência de debilidades do próprio "sistema de saúde", vislumbrado como burocrático e moroso, somadas ao denunciado "mau atendimento" por parte de médicos, enfermeiros e funcionários dos estabelecimentos de saúde locais (hospital e postos de saúde).⁷ Na ótica desses vereadores, a articulação entre estas três dificuldades gerava longas filas e/ou listas de espera que acabavam demandando intervenção.

Partindo deste entendimento, esses agentes políticos concebiam a *mediação* entre a população e os serviços de saúde como um imperativo do cargo. Como parte de um repertório de ações e obrigações que era responsabilidade dos *políticos sérios*, partidários da *política da amizade*, isto é, de uma política baseada em *atenção, simpatia, ajuda e/ou favores* em relação aos eleitores. E, em contrapartida, o *reconhecimento* e a *consideração* da população que podem se converter em apoio e *votos*. A maioria dos políticos entrevistados usava a expressão *política da amizade* para se distinguir de pares que mobilizavam a *política do dinheiro*, definida como aquela em que a troca pura e simples de dinheiro por votos prevalece.

Sobre a *política da amizade*, me explicou um dos vereadores:

O primeiro passo é atender na Câmara. Eu só saio da minha sala às 11h da noite. Segundo os funcionários, eu sou o que mais vem à Câmara, apesar de morar a 30 km. Tenho uma vida dedicada à política, atendo eleitor de todas as localidades com *carinho e atenção*. Essas pessoas geralmente fazem algum pedido pessoal no sentido de marcar um médico, de conseguir uma consulta. O povo é muito tímido e sem cultura, chega aqui e fica com vergonha de pedir para subir, eles esquecem que eles são os patrões. Eu o que faço é encaminhar, dar orientação, muitos precisam de

orientação. *Eu não gosto dessa política que só vai à casa do eleitor nas vésperas da eleição. Senão deixa transparecer que é interesse próprio ou pessoal [...]. Faço a política do dia a dia. Agora, chegar em cima da hora e ser simpático [...]. É melhor conhecer o político no período anterior às eleições, se for simpático só no período anterior, significa que depois volta a ser o mesmo (vereador C., junho de 2015, grifos meus).*

A *política da amizade* supõe o engajamento em um tipo de relação que obriga o político a agir de acordo com um código moral que se impõe sobre os seus interesses individualistas, pois valoriza a proximidade com o eleitor em diferentes temporalidades, exigindo que ele esteja atento às necessidades das pessoas e que seja simpático não apenas no "tempo da política".⁸ A *ajuda na saúde* aparece na fala da maioria dos políticos como um dos principais atos de atenção com o *eleitorado*, portanto, um recurso político importante, como evidencia o trecho da entrevista com três vereadores distintos, que transcrevo abaixo:

Eu sempre gostei de política desde novo. Sempre ajudei e as pessoas vão ficar devendo favores. Aí a gente vai trabalhando no serviço da gente e vai vendo que os políticos não cumprem com os compromissos. Então falei com meu pai, foi na política em 2004. [...] Hoje estou resolvendo questões de cirurgia, quando não conseguimos, temos que pagar. (Fonte: vereador R, junho de 2015).

Tem gente que compra voto e tem voto de amizade. O que eu faço aqui é socorrer as pessoas, levar pra Campos. (Fonte: vereador Z, fevereiro 2015).

Eu entrei na política porque eu sempre ajudava a comunidade. Aí acharam por bem eu me candidatar. Tenho quatro mandatos ajudando junto com o prefeito. [...] Eu mesmo levava muita gente para Campos, internava e com muito sacrifício conseguia cirurgia e tudo. Tinha conhecimento com médicos, enfermeiros e conseguia consultas e cirurgias. (Fonte: vereador C, fevereiro de 2015).

Dentre os entrevistados, apenas um vereador local mostrou uma opinião diferente em relação à *ajuda*,⁹ descrevendo-a como o retrato de uma "cultura política de dependência pessoal", que acabava convertendo os políticos numa "espécie de entidade social", asseverando:

[...] Nós somos culpados porque até pouco tempo atrás cada vereador tinha um ou dois carros para atender à população, levar para Campos [cidade onde se localizam os hospitais mais

próximos]. O vereador passava a ser uma espécie de entidade social, como se fosse uma ONG. [...]

No entanto, apesar de sua leitura crítica sobre o tema e de declarar ter realizado ações visando combater tais práticas entre os pares,¹⁰ reconhecia que a *ajuda na saúde* estava cristalizada no imaginário dos políticos e da população. Teria chegado a esta conclusão após verificar que o seu pior desempenho eleitoral nas eleições municipais de 2012 tinha sido na própria localidade de residência, povoado onde, com recursos obtidos de emenda parlamentar de deputado aliado, "teria asfaltado todas as ruas",¹¹ mas negligenciado os gestos de atenção personalizada pensando que o serviço prestado à comunidade teria sido sua "melhor propaganda". Perplexo diante do resultado, descobriu que uma coisa não exclui a outra, pois, ao abordar a vizinhança, ouviu dos interlocutores: "você fez a rua, mas não resolveu isso assim, assim, pra mim".

A partir deste episódio teria mudado de comportamento, pois percebeu que se "aproximar mais do eleitorado" é um imperativo da dinâmica política no município: "o político para se eleger depende do eleitor, aí vira um círculo vicioso".¹² Curiosamente, durante a entrevista realizada em seu gabinete, o vereador precisou interrompê-la três vezes em razão de chamadas telefônicas que tratavam de demandas de saúde.

"Dei um voto para ajudar": voto, escolhas eleitorais e condutas

Autores como Bourdieu (2007) e Offerlé (2005) advertem que mecanismos político-eleitorais, dentre eles o voto, resultaram de processos sócio-históricos que nem sempre estão inteligíveis para a maioria da população. Não estão dados *a priori* e nada têm de "natural". O significado da política e do voto depende, ainda, da distribuição e do acesso aos bens materiais e simbólicos, incluindo aí os produtos gerados no campo político (Bourdieu 2007). Em casos como o brasileiro, em que o sistema político-eleitoral resultou de uma construção em que os direitos sociais precederam os direitos civis e políticos (Carvalho 2002), as concepções de cidadania e de voto podem ser ainda mais difusas, como evidenciou a pesquisa.

Na narrativa de muitos dos meus interlocutores, a escolha dos representantes e o ato de votar dificilmente estavam relacionados com a ideia de conquistas e de direitos. A maioria questionava a obrigatoriedade do voto e se queixava da oferta eleitoral no município, mencionando-o como um lugar de *políticos fracos*.¹³ A memória sobre os poucos políticos considerados *fortes*¹⁴ tampouco era favorável. No exemplo mais lembrado, o do *político da saúde*,¹⁵ o personagem teria ganhado a confiança dos eleitores conciliando "trabalho na saúde", como

vereador, ao discurso da saúde, como prioridade, durante a campanha para o Executivo municipal em 2008, da qual saiu vitorioso. No entanto, além de o político não ter cumprido a promessa de campanha, acabou o mandato de prefeito sendo acusado por apropriação indevida de recursos públicos da saúde, investigado e afastado do cargo e tornado inelegível por oito anos.

Diante de fatos como este, as pessoas colocavam em xeque a fidelidade dos políticos e o valor do próprio voto, concluindo que este "quase não valia para nada". Sobre o político acima mencionado, diziam claramente que tinham "perdido o voto". Além disso, percebiam uma grande assimetria entre o resultado do trabalho dos políticos para o município e a mudança nas condições de vida de personagens da política local. Ponderavam que a população do município continuava na pobreza e na precariedade enquanto certos políticos "ficavam bem de vida", "enriqueciam", "compravam casa fora". Ou nos termos de um morador: "[...] se elegem, compram casas fora e vão embora para não atender à comunidade".

A partir deste tipo de consideração, os interlocutores sinalizavam as qualidades pessoais dos candidatos como baliza para preferências e rejeições. Para tanto, analisavam a forma como os candidatos atuavam antes, durante e depois das eleições. Na lógica local, a permanência do político na comunidade de origem e a coerência em relação ao trato com as pessoas, independente do período eleitoral, eram bons indicativos da "vocação" ou não dos sujeitos para a política. Sendo assim, o candidato ideal devia residir no município, se mostrar atencioso/a e prestativo/a com as pessoas, além de conectado/a com os eventos/acontecimentos locais. Um candidato com estas qualidades se convertia no arquétipo do *político povão*, termo utilizado frequentemente para enaltecer a conduta de personalidades populares e acessíveis que, ao *entrarem para a política*, se tornavam um "político amigo".

Cosmovisão compartilhada também por alguns dos vereadores entrevistados, que se autodefinindo *povão* indicavam terem optado "pela política da amizade". Opção que, de acordo com as explicações elaboradas, implicava o estabelecimento de uma relação sempre próxima com o *eleitorado*, que incluía estar permanentemente à disposição para atender e/ou assistir às pessoas, desde situações simples do cotidiano como as mais complicadas, relativas à doença ou à morte.

Foi interessante constatar, no curso da pesquisa, que os políticos mais prestigiosos e eleitoralmente mais exitosos, de fato, pertenciam a categoria de políticos que incorporavam os requisitos do *político povão*, que continuam residindo no município e se mostram predispostos a estabelecer uma intensa relação e comunicação com seus moradores (Barreira, I; Barreira, C 2014).¹⁶ Nesta categoria, estavam englobados não só os *políticos fortes*, mas também alguns *políticos fracos*, pois ser *povão* implicava ser, antes de tudo, considerado/a "uma boa pessoa". Aqui é sobretudo a qualidade humana que está em jogo e não necessariamente a qualificação técnico-política. Guarda Barreira relação com a disposição para

"jogar o jogo político" tal como ele é concebido no interior dessa "comunidade moral" (Bailey 1971). Sendo assim, em determinadas circunstâncias, candidatos tecnicamente *fracos*, mas apresentando certos requisitos morais como ser um "político amigo", por exemplo, se tornavam uma opção de voto.

Neste sentido, a amizade aparece como um componente importante da dinâmica político-eleitoral. Um princípio mediador de relações no campo da política, uma instituição através da qual os políticos "se fazem fazendo suas reputações" (Comerford 2003:123). Colocar-se como "um político amigo" implica subordinar-se aos "princípios da amizade", dentre eles, se situar em um estado permanente de obrigação, empenhando-se para não se converter em um/a aproveitador/a (Pitt-Rivers 1989). Empenho que os políticos implicados demonstravam realizar, descrevendo os favores que prestavam para manter a amizade com o *eleitorado*. Da parte dos eleitores, muitos me diziam: "dei um voto para ajudar o fulano(a)" ou "vou votar nele(a) pra ajudar", e esperavam que seus candidatos retribuíssem o voto, no mínimo, com pequenos gestos de atenção e simpatia. Se para estes o voto implicava a retribuição por parte do político receptor, outros interlocutores se diziam impelidos a retribuir com o voto a certos favores recebidos dos candidatos, às vezes antes mesmo da entrada formal desses sujeitos na política.

Ao perceber estas lógicas morais em torno das representações sobre o voto, o voto como uma espécie de dádiva (Mauss 2003), fenômenos como a ascensão de políticos considerados *fracos* ficam ainda mais compreensíveis. "Dar o voto" pode ser concebido, por um lado, como um momento gerador de uma relação inicial, que torna o político um devedor e, por outro, como um momento de "saldar" ou "amortizar" dívidas morais, contraídas por favores ou ajudas que antecedem às eleições (Palmeira 1996; Bezerra 1999; Heredia 2002).

É importante ressaltar que a partir da concepção de que votos também são dádivas, que podem gerar "dívidas", os munícipes colocavam os políticos em um lugar de dependência, pressionando-os a adotarem certa conduta na direção de suas expectativas. Afinal de contas, assinalavam-me, os políticos dependem dos votos para chegar ao cargo e/ou nele permanecer. Neste sentido, enfatizavam que os políticos tinham o dever de serem modestos e atenciosos, porque dependiam dos votos. Tinham que *chegar junto* (se aproximar), não só para pedir votos, mas também para ajudar.

Esta teoria nativa nos oferece outras chaves para pensar as relações de dominação no campo da política, tensionando, assim, as concepções tradicionais que quase sempre colocam os eleitores no polo do dominado, mostrando que sempre há múltiplas possibilidades de o poder ser exercido em várias direções. E, portanto, grupos vistos como dominados também podem converter relações de subalternidade em relações de resistência e/ou de exercício de poder (Foucault 1987).

A subordinação das condutas dos políticos às expectativas dos eleitores apareceu em muitos momentos do trabalho de campo. A ideia corrente de que o político precisa ser "justo com o eleitorado", se quiser ter vida longa na política, é para alguns políticos um fardo, conforme explicita um vereador citado adiante, pois implica estar frequentemente disponível para atender às pessoas. Mas mesmo concebendo esta obrigação como um peso, não deixam de atender e de realizar uma infinidade de favores, porque estão conscientes de que certa fidelidade eleitoral depende também da manutenção desse fluxo de trocas. Ideia evidenciada na narrativa de uma interlocutora, quando aborda o caso de um político com vários mandatos: "tenho que reconhecer que o eleitorado dele era muito fiel, mas porque ele era muito justo com o eleitorado dele. Amparava o seu eleitorado, cumpria com o que prometia".

Vale sinalizar que, no imaginário local, as demandas por favores, amparo e/ou cumprimento de promessas pessoais não eximem o político de fazer um bom trabalho na administração municipal ou na Câmara dos Vereadores. Tais atitudes não são excludentes, mas complementares e desejáveis. Para os interlocutores, a carreira política implica um trabalho mais "técnico", realizado em benefício do município, sobre o qual diziam: "são pagos para isso". E um trabalho mais político, que implica estar próximo, cativar, estabelecer uma relação de intimidade e de apoio mútuo com o *eleitorado*, demonstrando ser "uma boa pessoa".

Na compreensão dos munícipes sobre a atividade política, o trabalho de representação é um domínio em que a racionalidade e os sentimentos não são coisas excludentes, estão embricados de modo indissociável. Aqui, novamente, as lógicas convencionais se veem tensionadas, especialmente aquelas que, segundo Zelizer (2009), seccionam a vida em dois mundos, separando racionalidade (plano da economia e da política) das relações de afeto, como se fossem dimensões moralmente antagônicas. No município estudado, estes dois planos não só coexistem como produzem laços, significados, símbolos e práticas que desafiam definições naturalizadas da política e das ideias de "asepsia" e "contaminação", impressas nessa [di]visão dicotômica da sociedade (Zelizer 2009).

Parte significativa de meus interlocutores valorizava a performance dos políticos que pediam apoio e voto de forma pública e solene.¹⁷ Eles consideravam essa aproximação um gesto de cortesia, modéstia, acessibilidade e expressão pública do comprometimento moral com os/as abordados/as. Diziam desconfiar de políticos que faziam campanha eleitoral de forma ausente, isto é, os que "mandam o cabo eleitoral e fogem". Mesmo quando o voto já estava decidido (o candidato escolhido), esperavam que o candidato aparecesse para formalizar o pedido. Um desses interlocutores, em uma conversa sobre a disputa política local, após tecer vários elogios a determinado candidato, asseverou: "Aquele menino [o vereador em quem pensava votar] é uma boa opção porque é boa pessoa e dizem que ajuda muito as pessoas também. [...] Se chegar perto, eu voto".

Ficou evidente durante o trabalho de campo que os políticos que não ignoravam esses pequenos e significativos ritos ganhavam a simpatia dos eleitores, ampliando seu capital simbólico. Em contrapartida, aqueles que agiam em desacordo com esses ritos, códigos e/ou transcendiam determinadas fronteiras éticas às vezes se desprestigiavam de forma contundente, mesmo sendo considerados como políticos *fortes*.

“O eleitor não é bobo”: os políticos e os nexos entre a *ajuda* e o *trabalho na saúde*

Ao abordar os moradores do município fluminense sobre a política local, automaticamente o tema da saúde surgia nas conversas. Os eleitores queixavam-se recorrentemente de que a saúde nunca teria sido prioridade nas diferentes gestões municipais. “A política aqui não olha para a saúde”, disse uma das interlocutoras.

As pessoas, de um modo geral, mostravam-se descontentes com o prefeito da época, acusando-o de “não fazer nada pela saúde” apesar de ser médico. Dentre as narrativas, destaco o trecho da entrevista realizada com um pedreiro local, que assinalou:

O prefeito devia fazer mais pela saúde, principalmente que o prefeito daqui é médico. A gente conhece ele como médico, né? Outro dia um rapaz disse: ele como médico podia ter uma sala em Ponto de Cacimbas [hospital municipal] para atender às pessoas sacrificadas.

Durante as entrevistas, ia tendo acesso a uma enorme quantidade de queixas e de fatos que remetiam às precariedades nos serviços de saúde no município, assim como experiências pessoais dramáticas com enfermidades e na busca por atendimento médico-hospitalar, tratamentos e/ou terapias. Situações que, curiosamente, teriam sido encaminhadas e/ou solucionadas quase sempre com a *ajuda* de vereadores ou candidatos.

Os políticos entrevistados, por sua vez, se empenhavam em mencionar algum tipo de atuação na área da saúde, embora nenhum deles estivesse engajado em qualquer proposta/projeto formal sobre o tema na época. Os políticos que se descreviam sem vínculos político-familiares viam as ações na área da saúde como um importante recurso social para a aquisição de capital político. “Eu não venho de família de políticos, o que eu faço é ajudar as pessoas”, mencionou um dos vereadores. Os políticos que se identificavam como herdeiros de um “nome de

família" viam a *ajuda na saúde* como parte de um aprendizado político familiar: "eu cresci vendo meu pai ajudar as pessoas", assinalou um candidato.

Apesar de o fator família marcar uma diferença inicial entre esses sujeitos, o atendimento personalizado e/ou os favores na área de saúde faziam parte da prática de ambos. E era a atuação nesta área que procuravam discorrer e/ou realçar. Embora realizassem outros tipos de favores, evitavam falar sobre eles por estarem malvistas e/ou por oferecerem algum tipo de riscos para as carreiras políticas.¹⁸

No âmbito da saúde, os políticos descreviam desde os pequenos favores realizados até a solução de demandas mais complexas, que às vezes dependiam do acionamento de uma rede de relações que extrapolava os limites do município. Pelo que ficou evidente, este tipo de ajuda tinha um valor moral e atemporal, mobilizava obrigações e reciprocidades entre políticos e eleitores que cruzavam e transcendiam o "tempo da política". Gerava tanto uma "dívida" inicial como reiterava um momento no fluxo de uma relação mais ampla entre políticos e eleitores, num sentido bem próximo daquele descrito por Heredia (2002).¹⁹

Ao longo do trabalho de campo, foi ficando evidente também que o tipo de ajuda, a forma e as circunstâncias que mediavam as ofertas ou pedidos eram decisivos. Podiam influenciar no ato de dar o voto, bem como no ato de negá-lo (ou retirá-lo), podiam gerar apoio eleitoral duradouro, como também provocar suspeições e/ou obtenção de votos em apenas uma eleição. O tipo de ajuda oferecida ou acionada, bem como as circunstâncias em que se desenrolavam esses favores mobilizavam uma política de reputações que nem sempre era favorável para o político que *ajuda*. As diferenças às vezes apareciam também no vocábulo.

Expressões como *favores*, *ajuda* e *trabalho na saúde*, aparentemente usadas para designar o mesmo fenômeno, com o avançar da pesquisa foram mostrando significados diferentes que mobilizam distintas formas de reciprocidade. Os eleitores se referiam à *ajuda* ou aos *favores* para designar um tipo de atenção mais espontânea, e ao *trabalho na saúde* para marcar um tipo de assistência social basicamente orientada para fins político-eleitorais.

Os políticos, de uma forma geral, descreviam a *ajuda na saúde* como qualquer tipo de demanda que encaminhavam, discorrendo com naturalidade e riqueza de detalhes sobre a forma como se articulavam para resolver essas demandas.

Outro dia um cara me procurou porque sua esposa estava grávida e precisava de cirurgia [cesariana], mas ele não tinha o dinheiro todo que o médico pediu e ficou com vergonha de negociar. Aí eu liguei pro médico e negocieei, contei a história do cara e consegui que abaixasse para uma quantia que ele podia pagar. E ele, nossa!!! Super agradecido.²⁰

O vereador em questão sinalizou que mesmo em demandas tão pequenas como a relatada vale a pena ajudar, pois as pessoas ficavam muito agradecidas. Ele abordou a *ajuda* como uma dimensão do seu trabalho e orgulhava-se de poder dar este tipo de "atenção ao eleitorado". Dizia mensurar o valor de seu trabalho através do reconhecimento (gratidão) daqueles aos quais ajudava, o que reforçava o seu próprio valor como um político honrado, em um sentido muito próximo ao empregado por Pitt-Rivers (1968:22) para explicar os processos da honra na sociedade mediterrânea, isto é, como um valor social que estabelece "um nexo entre os ideais de dada sociedade e a reprodução desses mesmos valores no indivíduo, pela aspiração deste para personificá-los" (tradução própria).

Os moradores definiam esse vereador como um político que não pedia votos em troca de ajuda e *ajudava* sem fazer distinção entre "eleitores" e "não eleitores". Diante dessa conduta, era colocado numa "categoria" específica de políticos com direito ao orgulho e à respeitabilidade, com uma "reputação santificada" (Pitt-Rivers 1968:23).

Em contraposição, três políticos locais foram identificados como políticos que não se restringiam a oferecer suporte às pessoas segundo suas urgências ou necessidades de saúde, pois tinham "projetos" através dos quais ofereciam uma assistência mais especializada (em questões como saúde da mulher, serviço dentário, cirurgias de catarata, dentre outros). Estes políticos, em particular, denominavam a própria atuação como "trabalho na saúde", nomenclatura usada também por alguns moradores para se referirem à ação por eles desenvolvida. Eles priorizavam este tipo de atendimento, tornando-se referências para demandas de certas especialidades, ainda que, eventualmente, pudessem *mediar* outras demandas.

Os demais políticos que diziam *ajudar* mostravam-se atentos o tempo todo às necessidades de saúde das pessoas, pequenas ou grandes, realizavam *pequenos favores* e se colocavam à disposição para ajudar também em situações dramáticas de enfermidade e/ou morte. Alguns desses sujeitos eram bastante elogiados nas narrativas dos eleitores.

Ao relatarem os próprios feitos, usavam termos como *socorrer* ou *ajudar*, colocando em evidência certa cota de sacrifício que essa conduta ético-política exige, uma vez que as urgências de saúde às vezes aparecem de forma inesperada e nos momentos mais inoportunos, conforme explicou um vereador.

A gente não tem sossego, eu estou com 78 anos ... aí chega um: ah meu filho está passando mal e aí deixa eu ligar pra ambulância... se não conseguir, tenho que usar o carro próprio porque não vou deixar morrer, né? (Fonte: vereador A, entrevista concedida em fevereiro 2015).

Colocar-se à disposição para realizar favores de forma espontânea e improvisada exige certo grau de esforço, abnegação e sacrifício que distingue esses políticos daqueles que realizam o "trabalho na saúde". Estes, geralmente, possuíam certa infraestrutura logística, acesso a recursos humanos e econômicos (verbas de deputados estaduais, por exemplo), tinham acordos de cooperação com médicos, gestores de clínicas, hospitais, dentre outros atores, que atuavam no suporte à assistência prestada.

Um desses políticos revelou que sofreu ação judicial, culminando com o fechamento de uma de suas entidades, mas continuava atuante "porque quem não é visto não é lembrado". Em 2016, dedicava-se a *ajeitar* cirurgia de cataratas, levando pessoas do município para realizar cirurgia em outra cidade da região. Um segundo político sinalizou que recebia verbas de um deputado estadual para realizar o *trabalho*. O primeiro atendimento fazia na própria casa, uma espécie de triagem. Sendo assim, em tom jocoso, asseverou que a casa às vezes "parecia uma espécie de posto de saúde". Uma terceira candidata, que se apresentou como "candidata de primeira viagem", mas com certa experiência na política por ter sido casada durante anos com um vereador que teve vários mandatos no município, afirmou também ter criado uma Organização Não Governamental para trabalhar com assistência na saúde da mulher, atividade que pretendia realizar captando recursos na própria prefeitura.

Estes três casos paradigmáticos evidenciam a relação entre a inteligibilidade do Estado (e de suas leis) e a emergência de zonas intersticiais, zonas em que o legal e o ilegal se entrelaçam nas ações de diferentes agentes que se articulam nas margens do Estado (Das 2020). A negligência do município com a área da saúde, conforme asseverou o MP-RJ em 2021, comentado no início do artigo, vem possibilitando que as precariedades sejam acionadas de modo ambíguo por agentes que passam a atuar até mesmo em desacordo com a lei,²¹ ora de forma deliberada, ora por falta de inteligibilidade em relação à própria legislação.

No entanto, ao observar o contraste entre as noções de *ajuda* e de *trabalho social*, nota-se também que diferentes produtos têm sido gerados neste campo político (Bourdieu 2007). Dentre eles, um capital simbólico diferenciado, mediado pelas demandas de saúde. Há uma diferença substancial no capital simbólico daqueles políticos que *ajudam* e daqueles que faziam *trabalho na saúde*. Aos primeiros eram devotados sentimentos como *gratidão*, *reconhecimento* e *amizade*. Em relação aos segundos, além dessas noções estarem ausentes das narrativas dos beneficiados, as pessoas faziam questão de delimitar: "faz, mas faz interessada/o", ou seja, no circuito das trocas simbólicas, aumenta o próprio capital simbólico o político cuja *ajuda na saúde* é concebida como uma ação aparentemente altruísta e desinteressada (Bourdieu 2007).

Quando este é o caso, o ato de ajuda pode gerar um sentimento de dívida moral que transcende temporalidades. O caso de D. Inês, que há duas décadas votava em um mesmo candidato em razão de um "favor recebido lá atrás", ilustra bem esta questão. A ajuda considerada crucial em um momento dramático de enfermidade na família gerou um sentimento de dívida moral definida por ela própria como *impagável*. Quando o benfeitor resolveu entrar para a política, por uma questão de *consideração*, ela e outros membros da família decidiram espontaneamente votar nele. Desde então, mesmo considerando-o um *político fraco* "que não faz nada pelo município", continuam votando nessa mesma pessoa, como asseverou.

Em contraposição, a ajuda recebida através de políticos que realizam "trabalho social" não produz necessariamente a mesma relação de dívida e/ou obrigação moral, como alude a história de Sr. José, que conseguiu *ajeitar* uma cirurgia de catarata para o pai idoso, mas após narrar todo o processo de interlocução com o político que culminou na realização da cirurgia, asseverou: "vou *ajudar* ele com um votinho porque *ajudou* na cirurgia de papai, mas faz isso para ganhar votos. O eleitor não é bobo!" (grifos meus).

Ao que parece, a noção de interesse em relação à ajuda em situação de saúde, enfermidade ou morte pode interromper o circuito da dádiva. O benfeitor "interesseiro" pode receber ou não votos como contraprestação em uma ou outra eleição, mas dificilmente conquistará a fidelidade eleitoral dos beneficiados. Esta questão, que ficou marcada na fala de alguns interlocutores, me pareceu repercutir no resultado das eleições em 2016.

Ao acompanhar o desfecho eleitoral daquele ano, percebi que os três políticos envolvidos com o "trabalho na saúde" não conseguiram se eleger. Retornei a campo no início de 2017 e consegui conversar novamente com um desses candidatos, que na primeira entrevista estava convicto do próprio êxito eleitoral. Nessa segunda conversa, o político se mostrou profundamente ressentido devido à quantidade de votos recebidos, pouco mais de duzentos votos. Quando perguntei o que tinha acontecido, ele asseverou: "falta de consideração das pessoas". E para provar o que estava dizendo, me mostrou cadernos de registro com mais de 4 mil atendimentos realizados entre 2013 e 2016.

Em contraste, o vereador elogiado por ajudar supostamente desinteressado, citado por muitos dos interlocutores como "a melhor opção de voto", não só teve a reeleição garantida em 2016, como saiu vitorioso também nas eleições seguintes (2020 e 2024).

Ao colocar esses casos em perspectiva, nota-se que, embora a *ajuda na saúde* possibilite acumular capital simbólico e reconvertê-lo em capital político, potencializando a carreira de certos personagens, a dimensão "agonística das fronteiras morais na política" (Barreira, I.; Barreira, C. 2014) complica bastante os objetivos eleitoreiros de agentes que atuam supostamente baseados no cálculo, pois como bem expressou o interlocutor acima mencionado: "o eleitor não é bobo".

Temas inegociáveis e êxito político: moralidades e desmoralizações

No município de São Francisco do Itabapoana, situações de enfermidade ou de morte são consideradas temas inegociáveis do plano das relações interessadas. Os favores nestas duas circunstâncias são concebidos como completamente fora dos circuitos de trocas em que o interesse por votos possa estar explícito. A transgressão dessa fronteira ética costuma ter forte implicação na reputação dos envolvidos.

O caso de D. Maria, uma mulher de meia-idade, é bem ilustrativo. Ao conceder entrevista em 2016, pouco tempo antes das eleições daquele ano, a interlocutora se mostrou extremamente decepcionada com um político definido como o "candidato da família".²² O motivo teria sido uma resposta dada ao pedido de ajuda para um exame de alta complexidade, feito pelo genro de D. Maria. Segundo sua narrativa, ao escutar o pedido, o político teria retrucado: "quantos votos você consegue para mim?". Diante do ocorrido, D. Maria passou a considerá-lo um *aproveitador*. Concebia como absurda a tentativa do político de negociar número de votos em cima de um problema grave de saúde. Depois do episódio, afirmou que desistiram de apoiá-lo e passaram a fazer campanha contra: "mostrando quem ele era". Ao tentar utilizar essa necessidade de saúde como moeda eleitoral, o político perdeu apoios e ficou desmoralizado diante da comunidade.

Não obstante, conforme explicou D. Maria, poucos dias depois do ocorrido, foram abordados por um vereador que soubera por terceiros do problema de seu genro. Ficaram bastante impressionados com o fato de o candidato ter ido oferecer ajuda pessoalmente na casa da família e ainda mais impressionados por ele não ter se apresentado a eles como um candidato naquelas eleições. Sobre este episódio asseverou:

Eu estava com meu genro aqui com um exame complicado pra marcar [...], o rapaz veio aqui marcou o exame do meu genro e não me disse que era vereador nem nada. Soube depois pelos outros. [...] quando eu perguntei por que ele não me disse que era candidato, ele disse: "*eu ajudei, mas vocês votam no seu candidato*". [grifos meus].

Diante do gesto concebido como desinteressado, D. Maria assevera:

Você pode ter o seu candidato [referindo-se que apoiava outro candidato antes do episódio], mas eu conscientemente vou dar o voto para ele [o candidato que ajudou]. E pedi para a minha filha dar uma força também. Outro candidato aí, meu genro procurou e ele disse que não podia fazer nada e perguntou quantos votos ele [o genro] consegue pra ele. *Aí não, né?* [grifos meus].

Ao se situar no polo contrário do "aproveitador", oferecendo ajuda sem exigir nada em troca,²³ aparentemente desinteressada, "eu ajudei, mas vocês votam no seu candidato", o vereador estabelece um vínculo moral com a família e se torna também uma "boa opção de voto" para outras pessoas do povoado que souberam do caso. A performance abnegada do político, que busca dissociar a ajuda prestada de uma ação interessada, encarna bem a ideia de "fetichismo político" (Bourdieu 1990), isto é, da realização de um ato simbólico através do qual o representante consegue dissimular seu interesse particular colocando-o como interesse do grupo.

É interessante assinalar que episódios como o da família de D. Maria se multiplicavam a cada entrevista, sugerindo que o caráter abnegado das dádivas mobilizadas em situações de enfermidades ou morte era extremamente central. Sendo assim, podia ser um campo promissor e ao mesmo tempo muito delicado para mobilizar recursos políticos. Segundo relatos locais, políticos experimentados afetavam sua reputação através de performances malsucedidas nessas ocasiões. O caso de um ex-prefeito (e ex-deputado estadual) ficou emblemático neste sentido, pois, apesar da ampla experiência política e de uma trajetória aparentemente exitosa, concluiu o mandato no município com uma reputação manchada por uma série de episódios considerados desonrosos, especialmente em situações delicadas.

As pessoas o elogiavam pela "boa gestão" municipal, mas criticavam sua postura ético-moral. Alguns interlocutores o definiram como o um "político descarado". E dentre o tipo de atuação assim caracterizada, sua performance no velório do patriarca de uma família grande (extensa) e renomada da região foi destacada. Na narrativa da filha do falecido, o político teria se apresentado no funeral aparentemente consternado e pedido para discursar em homenagem ao morto.

Inicialmente, teria sido um discurso muito bonito, com ênfase na *amizade* entre ambos. Ao finalizar o discurso, se comprometeu publicamente a arcar com as despesas fúnebres para homenagear a memória do morto. No calor dos acontecimentos, a família teria se sentido prestigiada pela presença, pelo gesto e pelas palavras do político. No entanto, ao receberem a cobrança dos gastos fúnebres, interpretaram que ele apenas teria usado o velório familiar como "palanque eleitoral".

Diante do sentimento de engano que se apossou da família, o grupo antes apoiador se tornaria o principal grupo adversário. Para tanto, lançaram e apoiaram outro candidato na campanha seguinte para a prefeitura da cidade. Na leitura da interlocutora, o episódio teria sido chave na derrota do referido político na eleição do ano 2000, pois ao relatar aos eleitores a sua *desfaçatez*, ao tentar se aproveitar politicamente do funeral, conseguiu desmoralizá-lo e "roubar votos" para o seu adversário.

O nexos entre o empenho dessa família para arruinar a reputação do político e a sucessiva derrota dele nas eleições seguintes não pôde ser comprovado, porém é no mínimo curioso o fato de os diferentes interlocutores terem associado o declínio político desse personagem à ausência de atributos morais relacionados à negligência em questões como ajuda e/ou amparo ao eleitorado, à falta *de consideração* e outras atitudes consideradas desrespeitosas e/ou inadequadas.²⁴

Como fica evidenciado, doença e morte são temas de certo modo interditos nas trocas em que as estratégias eleitoreiras aparecem de forma deliberada. Trata-se de questões delicadas que mobilizam um conjunto de valores sociais concebidos como fora do circuito das trocas interessadas. "Se aproveitar" dos dramas de pessoas enlutadas ou enfermas para se projetar politicamente é muito malvisto.

Nos dois casos aqui relatados, os políticos que transcenderam esses limites foram descritos como *aproveitadores* e *descarados*, pessoas que "abusam de um poder arbitrário e cometem atos contrários ao que manda a arte de viver" (Bourdieu 2002:52). Pessoas sem vergonha, sem educação e/ou sensibilidade que, desrespeitando os valores morais considerados caros à comunidade, puseram em xeque a honra, a vergonha, a amizade e a reputação, como diria Pitt-Rivers (1989). Em suma, acaba se desonrando como pessoa e como político/candidato, pois como assinala Peristiany (1968:12), em sociedades nas quais as relações são cara a cara, as relações pessoais têm importância capital: "la personalidad social del actor es tan significativa como su oficio".

Favores prestigiosos, favores degradantes e "compra de votos"

Como a *política da amizade* e o ato de ajudar com o voto exigem reciprocidade que vai além do "bom trabalho" que os políticos possam realizar em benefício do município, os favores, pequenos ou grandes, se tornam parte importante da relação entre políticos e eleitores. Sendo assim, os *pequenos favores*, como a marcação de uma consulta, não devem ser ignorados, pois contribuem para a manutenção dos fluxos de comunicação entre os políticos e os eleitores (Heredia 2002). Mas, geralmente, são os *grandes favores*, associados a internações, cirurgias mais complicadas, terapias de alta complexidade que, quando realizados de preferência espontaneamente, mobilizam reciprocidades mais duradouras no campo das relações políticas.

Na seara dos *favores* há, ainda, aqueles considerados evitáveis, que não têm um motivo considerado realmente "sério", "urgente" e necessário", mas, ao serem solicitados ou recebidos, podem produzir reciprocidades e/ou vínculos de dependência que poderiam ser evitados, como, por exemplo, a oferta/pedidos de empregos (trabalho), pedidos em favor da agilização de certos trâmites (para obter

privilégios), a aceitação de "agrados eleitorais" (de dinheiro ou presentes), dentre outros. É curioso que a oferta desses *favores* não manchava, necessariamente, a conduta dos políticos, havia uma ideia mais ou menos naturalizada de que os políticos jogam com este tipo de favores. Em contrapartida, dependendo das circunstâncias, o seu recebimento podia ser concebido como degradante e o eleitor ser acusado de "se vender por ninharias".

Os favores recebidos em situações de saúde ou de morte não entravam no rol dos favores desmoralizantes, pois, vislumbrados como favores inescusáveis, eram narrados quase sempre em primeira pessoa, referidos ao próprio narrador (interlocutor) ou a pessoas próximas e concretas (familiar ou vizinho). No caso dos "pequenos favores", evitáveis, as narrativas se remetiam sempre a uma terceira pessoa, realizadas em tom de acusação moral.

A forma de classificação desses *favores* no interior da comunidade, bem como a sua mobilização estratégica nas narrativas se assemelham à ideia de "moral shifter", elaborada por Herzfeld (1987), pois coloca políticos e eleitores que trocam em planos morais distintos. De um lado, o grupo do "nós", cujas relações de reciprocidade são motivadas por dívidas morais inescapáveis (respeitáveis/desejáveis). Do outro, aqueles ("outros") cujas trocas são mensuradas em termos de atributos negativos, como "interesse próprio" e motivação fútil, mobilizadas apenas no "tempo da política", às vezes mediadas pelo dinheiro, em suma, referente às trocas que sujeitam e/ou desonram.

O caso de uma "professora de formação", que aceitou trabalhar na função de faxineira do banheiro público da sua localidade, é ilustrativo dessas trocas consideradas desonrosas/degradantes. Descrita como "uma pessoa não necessitada do emprego", o fato de tê-lo aceitado como um *favor* político supostamente em troca de votos levava os narradores a enfatizarem um duplo *rebaixamento* de sua pessoa, moral e social. Consideravam que a professora havia *empenhado* votos familiares na ausência de um motivo inescapável, sujeitando-se a uma relação de dependência pessoal em razão de um emprego inferior ao *status* socioeconômico que possuía e da própria formação profissional. Alguns asseveravam: "ela não precisava se sujeitar a isso".

Episódios envolvendo *favores* semelhantes foram mencionados no decorrer do trabalho de campo. Alguns diziam respeito às trocas envolvendo dinheiro, benefícios ou *agrados* por votos. Os "agrados" eram diversos: vagas de emprego, recebimento de salários "fantasmas", cestas básicas, materiais de construção, dentaduras, tênis, dentre outros. No entanto, sempre referidos às experiências de "outros".

As narrativas sobre "compra de votos", entretanto, aportavam um dado interessante. A prática era considerada aviltante para o político envolvido, mas não para o eleitor que recebia a quantia e votava em outro candidato. A "compra

de votos" era considerada um subterfúgio (estratégia) de políticos "que não gostavam de fazer favor para ninguém", daqueles "que só apareciam no período político-eleitoral" e que preferiam residir em outro município para não serem abordados. A maioria dos nomes sobre os quais pesava esse tipo de acusação era também definida como individualistas, arrogantes, desonestos e/ou corruptos.

Nas ponderações sobre esta prática, os interlocutores articulavam tanto a dimensão ético-moral da compra de votos quanto a dimensão infração/ilegalidade. Apontavam o ato como proibido pela legislação eleitoral, usando esse conhecimento a seu favor, isto é, para aceitar a oferta de dinheiro e votar em outro candidato. No entanto, o que mais incomodava as pessoas não era o cometimento do ato eleitoral ilícito em si, mas sim o recurso ao pagamento como meio de o político se eximir das *obrigações/compromissos* pessoais com o eleitorado.

A oferta de dinheiro aparecia nas narrativas como uma espécie de dádiva-ofensa. O uso do voto como um negócio para evitar o estabelecimento de relações de amizade com o eleitorado, pois esta engendra a obrigatoriedade moral da reciprocidade (Mauss 2001; Pitt-Rivers 1989). As pessoas se queixavam dos políticos que faziam uso desse expediente, pois, quando interpelados após as eleições, alegavam: "ah, eu não devo nada para você, eu paguei pelo voto".²⁵

Para alguns dos políticos entrevistados, a "política do dinheiro", a da "compra de votos", representava uma ameaça ao desequilíbrio na balança eleitoral e no significado das eleições (Palmeira 2006:49). Para ilustrar a questão, um desses políticos afirmou ter tido votos subtraídos por candidato que fez uso da "compra" nas vésperas da eleição de 2012. Segundo o interlocutor, dois dias antes das eleições, teria contabilizado "os votos que tinha", ficando completamente tranquilo, pois a quantidade de votos superava a quantidade necessária para se eleger. No entanto, saiu derrotado e, surpreendido pelas urnas, explicou: "isso aconteceu porque eu me distraí achando que estava ganho, veio o outro e comprou o voto do meu eleitorado".

Contra as investidas de políticos que compravam votos, os interlocutores advogavam "pegar o dinheiro e votar em outro candidato". Alguns diziam: "eu pego, porque, se eu não pegar, outro vai e pega". Deixar o político "sem o dinheiro e sem votos" era considerado um ato de *esperteza* e forma de dar uma "lição de moral" no político desonesto. Diziam: "o político não tem nem o direito de reclamar, porque ele está errado", asseverou o balconista de um pequeno mercado. Para esses eleitores, os políticos que usam deste expediente também ficam vulneráveis, podendo ser enganados pelo eleitor, porque, hoje em dia, as pessoas já sabem que é crime eleitoral, portanto, podem jogar com isso também.²⁶ Desta perspectiva, o acesso a tal informação teria produzido um tipo de aprendizado político, como sentenciou um entrevistado: "a turma já aprendeu a pegar o dinheiro e votar em outro candidato".

Um político também mencionou: "tem gente que vem votar e pega o dinheiro de três ou quatro políticos. Acontece muito isso". E para marcar a superioridade da *política da amizade* sobre a do dinheiro, asseverou: "Fui mais votado que o candidato que gastou mais de 200.000,00. [...] Tive 60% dos votos da minha comunidade. Apesar de ele investir tudo isso, eu ainda fui mais bem votado. [...] Sem gastar quase nada, fiz mais vantagem".

Na narrativa dos políticos e dos eleitores entrevistados, a introdução do dinheiro na disputa eleitoral contaminava a "boa política", chamada de *política da amizade*. Não obstante, se, por um lado, mobilizavam essa concepção moral enraizada no senso comum de que o dinheiro corrompe os afetos — a amizade (Zelizer 2009) —, por outro, o dinheiro também circulava nas relações que se davam supostamente na base da "amizade", como indica a fala de uma entrevistada sobre um "político amigo": "o veio (apelido do político) era um segundo pai daqui, quando andava por aqui trazia um dinheirinho no bolso e me dava. Pagou minhas contas várias vezes".

Este exemplo corrobora o argumento de Zelizer (2009), de que a divisão entre racionalidade e afetos em mundos (lados) diametralmente opostos é uma crença que não encontra amparo na realidade social, pois esta é muito mais complexa e cheia de camadas. Sendo assim, dimensões como racionalidade (economia/dinheiro) e intimidade (afetos, amizades etc.) encontram-se irremediavelmente imbricadas.

Palavras finais

O estudo empírico mostrou que a *ajuda na saúde*, enquanto fenômeno sociológico, não se reduz a performances eleitoreiras e/ou a "nicho eleitoral" (Vieira 2002), pois esta prática é mobilizada em contextos e circunstâncias bastante diversificados, reportando-se a temporalidades e vínculos com anterioridade à carreira dos políticos que *ajudam*. Traduz, ainda, as representações sobre a política e o papel dos políticos, produzidas a partir das experiências concretas daqueles que convivem há décadas com a gestão precarizada da saúde e como a inteligibilidade das instâncias do Estado, de seus agentes e de suas leis (fetichismo).

A negligência adotada como política, como um mecanismo de gerir populações ou "modo de governo" (Freire 2019:9), perdura há várias gestões municipais, produzindo precarização, falta e/ou "escassez" da saúde e dos serviços de saúde. Tal escolha política tem corroborado para a emergência de práticas assistencialistas encarnadas no "trabalho na saúde". Não obstante, como os favores no campo da saúde passam por situações de enfermidades e de mortes, que impõem certos limites morais, mobilizá-los para "levar vantagem" política pode ser contraproducente para

agentes movidos pelo cálculo, pois há diversos modos de agenciamento desses favores/ajudas por parte dos próprios eleitores, afinal, "o eleitor não é bobo".

Há certos limites éticos, tacitamente estabelecidos, que complicam bastante o uso "eleitoreiro" da *ajuda*. Lançar mão da *ajuda na saúde* como "estratégia eleitoral", oferecendo assistência às vezes no interstício de legalidade-ilegalidade, pode ser uma decisão arriscada, pois a construção de um bom nome depende de como esses "atos de ajuda" são praticados e/ou interpretados pela comunidade moral. Não raro, candidatos que "ajudavam" acabavam saindo das disputas frustrados com o resultado eleitoral. E quando algum político se beneficiava eleitoralmente desta prática, em uma ou outra eleição, se devia ao fato de que, diante da "gestão da escassez" dos serviços de saúde, as pessoas viam nessas ofertas eleitoreiras uma oportunidade para acessar serviços de saúde caros, complexos e/ou inexistentes no município, que dificilmente conseguiriam de outra maneira, estabelecendo uma relação de "uma mão lava a outra" com esses agentes da "ajuda", como explicou um interlocutor.

As longas décadas de espera por melhorias na saúde (e no acesso aos serviços de saúde municipais), somadas aos casos de desvios e do mau uso de recursos públicos da saúde que vêm à luz, têm frustrado as expectativas dos munícipes, abrindo precedente para o estabelecimento deste tipo relação. Sendo assim, a relação entre pessoas "que recebem" serviços de saúde, políticos que dão assistência e os votos não pode ser interpretada de forma simplória e/ou reduzida à "falta de politização", à "falta de consciência" ou à "ingenuidade" de eleitores vítimas de políticos mal-intencionados. Essa relação tem múltiplos significados, dentre eles, pode ser pensada como um tipo de "agência dos pobres" (Ayüero 2011:130).

É bom lembrar que, em certas circunstâncias, os eleitores expressavam claramente a relação de toma-lá-dá-cá com determinado candidato, devido a um *favor* na área da saúde, sem que isto resultasse em sentimento de dívida duradoura ou obrigação moral, pois diziam: "ajudou sim, mas ajudou interessado". Em outras circunstâncias, as pessoas chegavam a desdenhar das ações desses políticos, sinalizando para uma atuação meramente "interessada".

Além do mais, na lógica local, a expectativa de que os políticos praticassem a generosidade, a presteza e a atenção não eliminavam a possibilidade de que fossem também competentes na condução das questões municipais. Se em certo momento essas qualidades pessoais acabavam tendo um peso importante nas escolhas eleitorais, isto se devia à ausência, à precariedade e à precarização de certas políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a área da saúde.

Neste cenário, os políticos que praticavam a *ajuda* movidos pelo sentimento de obrigação, "consideração com o eleitorado", e adotavam certas ações e condutas consideradas apropriadas conseguiam construir uma carreira política exitosa, isto é, aquela carreira em que, mesmo sendo atravessada por derrotas eleitorais, o capital simbólico do político não diminuía. Ao contrário, diante dela, o agente

recebia intenso apoio e incentivo por parte dos eleitores, para que se preparasse para as disputas futuras.²⁷ Em contrapartida, políticos que "negociavam" serviços de saúde (ou fúnebres) por votos, mesmo quando considerados tecnicamente mais preparados, podiam ter a morte política decretada no município, pois o transpasse de certas fronteiras morais às vezes se tornava decisivo no rechaço direcionado a certos políticos.

Como se buscou discutir no decorrer deste texto, a *ajuda na saúde* tem sido um recurso social importante na construção de capitais que podem ser convertidos em capital político. No entanto, como o valor moral desses *atos de ajuda* estão o tempo todo sendo colocados em questão, a *ajuda na saúde* pode se tornar um terreno movediço para agentes mal-intencionados.

Não obstante, diante da precarização da vida como modo de governo, algo bastante evidente no município, os políticos vão fazendo, refazendo ou desfazendo suas reputações através da mediação personalizada, obviamente, sob os olhos atentos dos eleitores que agenciam esses atos de ajuda, observando, interpretando e agindo, às vezes, estrategicamente em função das distintas abordagens: se *prestativa* ou *interessada*, evidenciando, portanto, a questão moral como uma dimensão crucial para entender as coisas sociais (Godbout 1998).

Notas

- 1 Expressão usada para se referir ao político pelos entrevistados. É importante ressaltar que os nomes utilizados são fictícios para garantir o anonimato de alguns interlocutores.
- 2 As expressões *ajuda* e *o trabalho na saúde* às vezes eram utilizadas como sinônimas pelos interlocutores, mas também de modo distinto. Distinguindo os favores supostamente "desinteressados" daqueles realizados com objetivos eleitoreiros.
- 3 Neste artigo usarei esta categoria no sentido empregado por Bourdieu (2007), referindo-me à concentração de recursos que podem ser econômicos, sociais e/ou culturais que possibilitam e legitimam a ocupação de determinada posição de poder no campo da política.
- 4 Ao abordar a relação entre vínculos profissionais e carreira política, Coradine (2006) assinala que, embora esses vínculos não devam ser tomados como critério exclusivo de legitimação política, é preciso reconhecer que algumas ocupações, por suas particularidades, tendem a ampliar a possibilidade de os ocupantes desses postos entrarem na política, justamente pelo acesso que têm a certos recursos a partir dos quais podem mediar certas demandas.
- 5 A ideia expressada neste trecho, retirado da narrativa de um vereador entrevistado, apareceu também na narrativa de outros entrevistados para indicar o peso do *nome de família* na política e os esforços que precisam ser empenhados por aqueles que não tinham vínculos familiares.
- 6 A nota pode ser acessada na íntegra no site do próprio MPRJ, disponível em: <http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/101602>
- 7 Durante as entrevistas, os políticos acusavam os trabalhadores da saúde de oferecerem atendimentos ruins e/ou desrespeitosos sobre os quais procuravam intervir. Relatavam idas ao hospital municipal e a outros estabelecimentos de saúde com certa frequência para "cobrar posição de alguns profissionais", após queixas vindas das pessoas.
- 8 Uso a expressão "tempo da política" da perspectiva de Palmeira (1996:41-42), como um recorte social do tempo circunscrito ao período em que a política é sentida em toda a sua cotidianidade pelas populações de determinado município ou comunidade, ou seja, trata-se do período político eleitoral ou das eleições.
- 9 Opinião que parece estar associada à trajetória distinta desse vereador. O único que tinha ensino superior, com período de militância na ala jovem do PSDB, partido ao qual continuava filiado. Tinha sido assessor político, ocupado cargo comissionado em secretarias do município.
- 10 Na ocasião, ressaltou ter organizado palestras na Câmara Municipal em parceria com o Ministério Público, para esclarecer e "conscientizar" os demais colegas, mas ponderou que o evento tinha surtido pouco resultado, pois o único progresso que havia conseguido foi abolir a distribuição de carros oficiais para serem usados neste tipo de ação.

- 11 As Emendas Parlamentares são proposições legislativas feitas por deputados (federais ou estaduais) e senadores durante a tramitação de um projeto de lei elaborado pelo Executivo. Conferem certo protagonismo aos parlamentares sobre o orçamento e, portanto, para conseguir verbas que geralmente destinam para financiar obras ou projetos públicos nos seus estados ou região, para beneficiar as bases eleitorais desses sujeitos. No caso citado, o político local conseguiu realizar o asfaltamento através da Emenda de um deputado estadual.
- 12 Fragmentos da entrevista concedida pelo vereador M. A, com mandato entre 2013-2016, realizada em agosto de 2015.
- 13 Considerados com poucas condições técnico-políticas para ocupar o cargo de vereador ou prefeito. Às vezes pessoas concebidas com pouca formação escolar ("pouca leitura") e/ou pouco hábeis para conduzir as atividades formais dos cargos, tais como elaborar/propor projetos de lei, se articular politicamente com outras esferas de poder em prol do município, dentre outras.
- 14 Aqueles políticos considerados com certa competência "técnica" e social (Bourdieu 2007) para atuarem nas demandas dos cargos que pleiteavam (de vereador ou de prefeito), sem abrir mão de certos atributos considerados imprescindíveis para serem reconhecidos também como uma "boa pessoa".
- 15 Em 2008, o prefeito, após vencer o pleito com o discurso da defesa/investimento na saúde, foi cassado sob acusação de malversação e desvio de recursos públicos da área para favorecer empresas privadas de exames laboratoriais.
- 16 Aqui meus achados se aproximam dos achados etnográficos de Barreira e Barreira (2014), que observaram em certa região do estado do Ceará, estudada por eles, que o fato de o político "ser do lugar" aludia aos sentidos de pertencimento geográfico, mas também a certos compromissos desses sujeitos com os eleitores.
- 17 Na campanha eleitoral de 2016, eu estava em determinada localidade do município e pude presenciar um dos candidatos ao Executivo no cumprimento desse rito solene. Na ocasião, o político percorreu as ruas do povoado com sua comitiva (conformada por cabos eleitorais e eleitores declarados), parando em frente de cada casa previamente identificada como de apoiadores, onde geralmente era esperado nos portões e às vezes conduzido aos quintais ou varandas. E, assim, seguiu cumprimentando solenemente as famílias/pessoas apoiadoras, pedindo-lhes e/ou reafirmando o apoio e o voto.
- 18 Ao abordar um vereador tendo sabido de antemão que havia prometido/conseguido empregos, o político desconversou asseverando que este tipo de "intervenção" já não podia acontecer, pois a justiça estava muito estrita nesses casos, mas conversou longamente sobre "intervensões" na área da saúde.
- 19 Numa lógica similar àquela descrita pela autora ao analisar as cartas recebidas por deputados com demandas de eleitores, quando observou que muitos desses pedidos não se remetiam necessariamente a uma dívida original.
- 20 Fragmentos da entrevista realizada em 2016 com um vereador.

- 21 Embora existam leis que prevejam as práticas consideradas ilegais, especialmente aquelas estabelecidas no Código Eleitoral, a designação desses atos como legal ou ilegal depende ainda da interpretação de agentes do Estado, dos órgãos da Justiça, o que torna ainda mais ininteligíveis e tênues os limites entre ambos — legalidade e ilegalidade.
- 22 Termo a partir do qual as pessoas indicavam já terem escolhido o candidato para as próximas eleições ou para se referirem à lealdade a certos candidatos ao longo das eleições. Usam também *meu candidato*.
- 23 Ao longo das entrevistas, alguns dos políticos locais diziam tomar ciência desses casos através de assessores que circulavam atentos pelas comunidades e os acionavam diante das necessidades de *mediação*.
- 24 Coincidência ou não, o político sofreu derrota em todos os pleitos que disputou após o ano 2000. Em 2008, lançou o filho como vice-prefeito do *político da saúde*. Em 2012, o filho foi impedido judicialmente de se candidatar, pois estava acusado de associação no caso de malversação dos recursos da saúde. Em 2016, a nora foi lançada candidata à prefeitura e venceu as eleições. Alguns munícipes declararam que esta teria sido a única forma de o político voltar à disputa municipal, pois sua imagem-reputação não lhe confere credibilidade para "ganhar a política".
- 25 Segundo um entrevistado, esta frase era dita por um político local toda vez que pessoas com as quais havia negociado o voto o abordavam para fazer alguma "cobrança" ou pedir algum favor.
- 26 É interessante notar que os entrevistados acionavam certos conhecimentos sobre o Código Eleitoral para atribuir a conduta desses políticos como ilegal, especialmente para marcar a vulnerabilidade desses personagens diante da esperteza do eleitor, pois, enganados por este, não podiam reclamar pelo fato de estarem cometendo uma infração passível de condenação". O Código Eleitoral no seu artigo 299 considera crime e prevê pena de reclusão de até quatro anos e pagamento de multa: "dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita.
- 27 Acompanhei o caso específico de um candidato bastante notabilizado que, mesmo tendo ficado entre os vereadores mais bem votados, não conseguiu se eleger devido às regras do sistema proporcional. Em entrevista, afirmou que depois do resultado teria recebido um apoio imenso do eleitorado. As pessoas o abordavam com "palavras de carinho" e "de ânimo", pedindo que ele não desistisse. Ao final da conversa explicou que, embora não tivesse tido "êxito eleitoral", teve "êxito político".

Referências

- AUYERO, J. 2011. "Vidas e políticas das pessoas pobres: as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo". *Revista Sociologias*, Porto Alegre, n. 28:126-164.
- BAILEY, Frederic G. 1971. *Gifts and Poison: The Politics of Reputation*. Oxford: Basil Blackwell.
- BARREIRA, Irllys Alencar F.; BARREIRA, César. 2014. "'Ajuda', 'compra de voto' e reconhecimento: as fronteiras agonísticas da moral na política". In: Alexandre Werneck; Luís Roberto Cardoso de Oliveira (orgs.), *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. *Em nome das "bases". Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará.
- BOURDIEU, Pierre. 2007. *O poder simbólico*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel.
- BOURDIEU, Pierre. 2002. "Senso de honra". In: Mariza Corrêa (org.), *Textos Didáticos Ensaios sobre a África do Norte*. São Paulo: IFCH/Unicamp.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. "A economia dos bens simbólicos". In: *Razões práticas*. Campinas: Papirus.
- CARVALHO, José Murilo de. 2002. *Cidadania no Brasil – um longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COMERFORD, John Cunha. 2003. *Como uma família: sociabilidade, território de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/ Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.
- CORADINI, Odacir Luiz. 2006. "Relações profissionais e disputas eleitorais". In: Moacir Palmeira; César Barreira (orgs.), *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/Núcleo de Antropologia Política/UFRJ.
- DAS, Veena. 2020. "A Assinatura do Estado e o paradoxo da ilegibilidade". In: *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp. pp. 219-239.
- FOUCAULT, M. 1987. *Vigiar e punir*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes.
- FREIRE, Lucas de Magalhães. 2019. *A gestão da escassez: uma etnografia da administração*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GODBOUT, Jacques T. 2002. *O Espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: FGV.
- GODBOUT, Jacques T. 1998. "Introdução à dádiva". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38:39-52. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300002
- HEREDIA, Beatriz M. A. 2002. "Entre duas eleições. Relação político-eleitor". In: Irllys Barreira; Beatriz Heredia; Carla Costa Teixeira (orgs.), *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- HERZFELD, Michael. 1987. *Anthropology Through the Looking Glass: critical ethnography in the margins of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MARQUES, Ana Cláudia; VILELA, Jorge M. 2002. "Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de

- Pernambuco". In: Irllys Barreira; Beatriz Heredia; Carla Costa Teixeira (orgs.), *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MAUSS, Marcel. 2003. *Ensaio sobre a dádiva*. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- OFFERLÉ, Michel. 2005. "A nacionalização da cidadania cívica". In: Letícia Bicalho Canedo (org.), *O sufrágio universal. E a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade.
- PALMEIRA, Moacir. 1996. "Política, Facções e voto". In: Marcio Goldman; Moacir Palmeira (orgs.), *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- PALMEIRA, Moacir. 2006. "Eleições municipais, política e cidadania". In: Moacir Palmeira; César Barreira (orgs.), *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia Política/UFRJ.
- PERISTIANY, John G. (ed.). 1968 [1965]. "Introdução". In: *El concepto de honor en la sociedad mediterránea*. Barcelona: Editorial Labor.
- PITT-RIVERS, Julian. 1989 [1954]. "Un pueblo de la sierra: Grazalema". Madrid: Alianza editorial.
- PITT-RIVERS, Julian. 1968 [1965]. "Honor y categoría social". In: John G. Peristiany (ed.), *El concepto de honor en la sociedad mediterránea*. Barcelona: Editorial Labor.
- SARMENTO, Gilmará Gomes da Silva Sarmento. 2017. *Tem gente que só procura a gente na hora da dor: Ajuda na saúde e produção de capital político*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- VIEIRA, Ana Cristina. 2002. "Clientelismo e serviços de saúde". *Revista de Políticas Públicas* [on-line], v. 6, n. 1. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/view/265/showToc>
- ZELIZER, V. A. 2009. "Dualidades perigosas". *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1:237-256.

"O ELEITOR NÃO É BOBO": DINÂMICAS MORAIS EM TORNO DA AJUDA NA SAÚDE EM UM MUNICÍPIO FLUMINENSE

Resumo

Este artigo aborda as dinâmicas morais em torno da *ajuda na saúde* em um município fluminense. A partir dos dados etnográficos, coletados entre 2013-2017, mostra como os *favores* e o *trabalho na saúde* concorrem para *fazer políticos*, potencializar carreiras e influenciar positivamente no êxito eleitoral, desde que os sujeitos implicados não transgridam certas fronteiras éticas e códigos morais tacitamente estabelecidos, a partir dos quais os munícipes estabelecem suas expectativas e qualificavam o comportamento dos políticos locais. Considerando que os dramas relacionados às enfermidades e/ou à morte são tidos como inegociáveis — fora do circuito das dádivas interessadas, a *ajuda na saúde* se torna um terreno movediço para os políticos que ignoram ou contrariam os valores sociais concebidos como importantes para a comunidade. Sendo assim, o artigo evidencia que a prática não gera recompensas eleitorais automáticas, ao contrário, em certas circunstâncias pode inclusive desprestigiar o político, fazendo-o perder apoio e voto, pois os eleitores agenciam esses atos de ajuda (de dar ou de negá-la) observando, interpretando e agindo, às vezes estrategicamente, em função das distintas abordagens: se *prestativa* ou se *interesseira*.

Palavras-chave: Política local, *Ajuda na saúde*, Lógicas políticas, Moralidades.

"EL VOTANTE NO ES TONTO": DINÁMICAS MORALES EN TORNO A LA AYUDA EN LA SALUD EN UN MUNICIPIO FLUMINENSE

Resumen

Este artículo aborda las dinámicas morales a la ayuda en la salud, en un municipio fluminense. A partir de los datos etnográficos recogidos entre 2013-2017, se muestra cómo los favores y el trabajo en la salud compite para crear políticos, potencializar carreras e influenciar positivamente en el éxito electoral, siempre que los sujetos indicados no transgredan ciertas fronteras éticas y códigos morales tácitamente establecidos, a partir de los cuales los habitantes establecen sus expectativas y califican el comportamiento de los políticos locales. Considerando que los dramas relacionados con las enfermedades y/o la muerte son considerados como innegociables - fuera del circuito de las dádivas interesadas, la ayuda en la salud se vuelve un terreno movedizo para aquellos políticos que ignoran o contrarían los valores sociales concebidos como importantes para la comunidad. Siendo así, el artículo evidencia que la práctica no genera recompensas electorales automáticas, por el contrario, en ciertas circunstancias puede incluso desprestigiar al político, haciéndolo perder apoyo y voto, pues los votantes gestionan esos actos de ayuda (de darla o negarla) observando, interpretando o actuando, a veces estratégicamente, en función de los distintos abordajes: si es *atenciosa* o es *interesada*.

Palabras clave: Política local, *Ayuda en la salud*, Lógicas políticas, Moralidades.

**"THE VOTER IS NOT STUPID":
MORAL DYNAMICS SURROUNDING
HEALTH AID IN A MUNICIPALITY
IN RIO DE JANEIRO**

Abstract

This article addresses the moral dynamics surrounding health aid in a municipality in Rio de Janeiro. It is based on ethnographic data gathered between 2013 and 2017, which shows how favors and work in health care contribute to boost politicians careers and has a positive influence on electoral success, so long as the subjects involved do not transgress any of the ethical boundaries and moral codes which citizens tacitly establish regarding what they expect of the behavior of local politicians. Considering that dramas related to illness and/or death are considered non-negotiable, lying outside the circuit of interested gifts, health aid emerges as an unstable ground for those politicians who ignore or contradict social values conceived to be important for the community. The article therefore shows that these practices do not generate automatic electoral rewards; on the contrary, in certain circumstances it can even discredit the politician, resulting in loss of support and votes, because voters administer these acts of help (given or denied) by observing, interpreting and acting, sometimes strategically, depending on different approaches: whether helpful or self-interested.

Keywords: Local politics, *Help in health*, Political rationales, Morality.

Agradecimentos

Agradeço aos pareceristas pelas ricas sugestões que possibilitaram o aprimoramento do artigo. E, de modo especial, a John Comerford pela leitura atenta da primeira versão deste texto, por seus valiosos comentários e o estímulo à sua publicação. Quaisquer erros ou equívocos são de minha inteira responsabilidade.

Gilmara Gomes da Silva Sarmiento é mestre e doutora em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRJ. Realizou intercâmbio doutoral no Departamento de Antropologia Social da Universidade de Sevilha — Espanha. Pós-doutorado (2018-2020) no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRJ). Atualmente atua como professora substituta no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Editor-Chefe: Luiz Costa

Editora Adjunta: Adriana Vianna

Editor Adjunto: Carlos Fausto

Declaração de Disponibilidade de Dados:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Recebido em: 21 de junho de 2022

Aceito em: 08 de setembro de 2025